



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 05**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

18 de Dezembro de 2010



Assembleia Municipal

## ACTA N.º5

----- Ao décimo oitavo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor José Eugénio Dias Ferreira secretariado pelos Senhores Deputados Luís Filipe Soares Quaresma e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

----- Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: --

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luís Filipe Soares Quaresma, Mário Pereira Gonçalves, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luís da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, António Jorge Martins Barata, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Érica Geraldês Castanheira e Mário Cardoso Simões do Vale.-----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, Diamantino Marques Pereira secretário da Junta Freguesia de Teixeira, em substituição de José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, António Gonçalves Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----

----- Foi dada a palavra ao munícipe **António da Silva Moura**, que após cumprimentar todos os presentes, disse que é triste e lamentável ter de se deslocar à Assembleia Municipal, para saber porque vivendo em Casal Mourão e em 1989 foi colocada luz eléctrica, e ele até hoje não teve direito a ela. Tinha com ele um documento enviado pela Câmara Municipal dando conta de uma multa que teria de pagar respeitante a uma construção de um furo junto da via pública. Para lhe aplicarem uma coima é via pública mas para ter direito a luz eléctrica já não é via pública. Questionou também se Casal Mourão pode ser tão desprezado como tem sido até hoje, sendo



Assembleia Municipal

que alcatroaram uma parte de uma estrada e a restante ficou em terra batida, quando chove é só lama, interrogou também se a Câmara não teria dinheiro para acabar o trabalho. Segundo o Senhor, a Pampilhosa da Serra que é o concelho mais pobre de Portugal, tem as estradas todas alcatroadas, e o concelho de Arganil não, gostaria que o Senhor Presidente filmasse e colocasse no vídeo da sala de espera da Câmara. Por fim desejou um Bom Natal a todos os presentes. -----

----- Foi dada a palavra à munícipe **Maria da Luz Caetano**, que depois de cumprimentar todos os presentes, informou a Assembleia que vinha expor dois assuntos, o primeiro relativo à sua casa que contenda com um vizinho que tem a construção da obra embargada pela Câmara por não estar legalizada, e que está a causar estragos na sua, quando chove a água corre na parede de uma despensa que tem. Pediu autorização para o Senhor arranjar o que tem já construído para poder ter condições na sua habitação. -----

----- Outro assunto que queria expor era relacionado com a cantina do Sarzedo onde a sua neta almoça. Dizendo que se arrasta um problema há dois anos que queria ver resolvido. Acerca de dois anos foi negada a refeição à neta por não ter pago, ligaram aos pais para procederem ao pagamento porque de outra forma a neta ficaria sem refeição. A D. Maria da Luz foi buscá-la para almoçar, e retirou-a da cantina para não haver problemas. Segundo a Senhora, nunca ficou sem pagar, pagou muita vez, mesmo depois de avisar que a neta não iria. O filho ia pagar. Gostaria de saber se é obrigada a pagar um mês adiantado, porque foi para saldar a mensalidade à escola e a funcionária negou receber o dinheiro por estarem já as contas fechadas no dia 04 de Outubro, quando o que estava afixado na porta era só dia 05. Disseram então ao filho para se dirigir à Junta de Freguesia, o filho pegou numa carta, registou-a com aviso de recepção, e enviou um cheque à Junta de Freguesia, dez dias passaram e ninguém levantou a carta nos correios. Assim resolveram fazer transferência bancária para a Junta. Há dias foi pedir o recibo, e a Senhora da cantina disse que não tinha ordem para lho dar. A D. Maria da Luz gostaria também de saber se já foram delegadas competências à Junta de Freguesia do Sarzedo, se sim, quais e se a não entrega do recibo é pelo facto de o Senhor Presidente da Junta não querer ou simplesmente porque não tem obrigações para isso, sendo que, se paga como todos os outros terá os mesmos direitos. Nem Senhora nem o filho algum dia ficaram sem pagar nem nunca ficarão, porque se trata de um dever, quando o filho não puder pagar a Senhora. No entanto admira-se com esta situação, pois se estão com dificuldades financeiras, recusam-se a receber um pagamento. Por fim pediu desculpa pela interrupção e desejou um Feliz Natal e um Bom Ano Novo. -----

----- Foi dada a palavra ao munícipe **Jorge Matos Silva**, que depois de cumprimentar todos os presentes começou por citar um Homem que foi um grande defensor dos direitos Humanos, dos quais se inclui o direito à saúde, à qualidade de vida e à não discriminação e por ser defensor dos Direitos do Homem foi assassinado. Disse ele "Nada é mais perigoso do que a ignorância sincera e a estupidez conscienciosa". Começou por dizer que no início de Setembro foram várias as freguesias do concelho confrontadas com o gravíssimo problema da



Assembleia Municipal

qualidade da água na captação, na elevação, no tratamento, no armazenamento e na abdução da água para consumo público proveniente do sistema de abastecimento de Vila Cova do Alva. -----

----- Continuou dizendo, que procurou saber qual o regulamento de abastecimento regulador da qualidade da água para consumo humano ou programa de controlo da qualidade da água no Município de Arganil, mas só encontrou um regulamento dos serviços de distribuição/abastecimento de água e sistema de saneamento de águas residuais do Município de Arganil, onde estão citados os Decretos-Lei 194/209 do Decreto Regulamentar 23/95 e a Lei 1003/96, mas sobre o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Junho nem uma palavra. Sendo que é este Decreto-Lei que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo Humano. Concluindo que a Câmara de Arganil, entidade gestora dos sistemas de abastecimento público não cumpre o estipulado no citado Decreto-Lei, não tendo programa de controlo de qualidade da água, não fornece quaisquer resultados analíticos feitos por um laboratório acreditado e publicado trimestralmente, em editais afixados em lugares próprios e que devem ficar afixados até à sua substituição pelos editais seguintes, na imprensa regional ou outros formatos, designadamente pela internet, pelo correio ou nos boletins oficiais. -----

----- Face a isto, no dia 10 de Setembro foi dado conhecimento, mas não pela autoridade que deveria determinar, que estava em risco a saúde pública. -----

----- Diz a Lei que, o laboratório de análises encarregue do controlo da qualidade da água deve comunicar à entidade gestora do sistema de abastecimento público em alta, neste caso a Câmara Municipal de Arganil, esta inconformidade ou incumprimento. Esta por sua vez deve comunicá-la à autoridade de saúde, Delegado de Saúde, ou seu representante para o concelho e a autoridade competente ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e informar as entidades gestoras de baixa, neste caso, Câmara Municipal de Arganil para uns e Junta de Freguesia de Coja, para a Freguesia de Coja. A autoridade de saúde deve informar os consumidores das medidas correctivas, informá-los e aconselhá-los devidamente e imediatamente. É de estranhar que a autoridade de saúde, através do Decreto-Lei do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território assim como pelo Ministério da Saúde não tivesse uma actuação mais enérgica face às funções que lhe são atribuídas ao longo de nove artigos deste Decreto-Lei. A entidade gestora do sistema de abastecimento público em baixa, a Junta de Freguesia de Coja face a esta situação, e segundo consta, porque de facto não houve nenhum comunicado mas somente a falta de água durante dois dias, optou por fazer um controlo operacional, isto é, mandou lavar o depósito e montou filtros na entrada de água provenientes da entidade gestora do sistema de abastecimento público em alta, Câmara Municipal de Arganil. Devendo mandar fazer um controlo de inspecção, o Senhor Jorge Silva perguntou onde estão resultados. -----

----- Continuou dizendo que em vinte e um de Outubro de dois mil e dez, foi publicado um aviso comunicando que as últimas análises efectuadas à água para consumo humano, tinham obtido resultados de acordo com a legislação em vigor, assinado por um Vereador, Vice-Presidente da Câmara, mas também Delegado de Saúde, o Senhor perguntou em que qualidade este aviso foi assinado, e quais as análises a que se refere. Questionou também, se não haverá demasiada promiscuidade nesta relação, fazendo parte das duas entidades gestoras do sistema de abastecimento público em alta e em baixa, e também a autoridade de saúde que é a entidade



Assembleia Municipal

responsável pela aplicação do presente Decreto-Lei na componente da saúde pública e é no caso de sistemas municipais exercida pelo Delegado Regional de Saúde ou pelo seu representante, ao qual deve assegurar de forma regular e periódica a vigilância sanitária da qualidade da água para consumo humano fornecida pelas entidades gestoras bem como as demais funções constantes no presente Decreto-Lei. Será a omissão deste Decreto-Lei intencional, ou então, as alternativas na sua não inclusão só pode ser por ignorância sincera. -----

----- Avançou de seguida para outro tema, que segundo o Senhor seria uma consequência directa do primeiro, e pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que junto do Senhor Presidente do Conselho Directivo da ARS, seja pedida uma interpretação justa, devida e cabal do Decreto-Lei 28/208 de 22 de Fevereiro, caracterização geral e liquidação de agrupamentos de Centros de Saúde, sobretudo o seu artº6, funcionamento, os Centros de Saúde devem assegurar aos utentes a máxima celeridade possível nomeadamente através do princípio do atendimento no próprio dia e marcação de consultas para hora determinada. Na Lei 41/2007 que determina os direitos de acesso aos cuidados de saúde a todos os utentes do serviço nacional de saúde. A carta de direito de acesso define os tempos máximos de resposta garantidos, o direito dos utentes à informação sobre esses tempos. -----

----- Interrompeu o Senhor **Dr. Luís Quaresma**, para informar o Senhor Jorge Silva de que já tinha excedido em muito o tempo a que tinha direito para intervir, pedindo para concluir a sua intervenção. -----

----- Concluiu então o Senhor Jorge Silva, dizendo que tinha sido uma vítima do sistema de água, há três meses que estou doente e estive noventa e quatro dias úteis para ter uma consulta, fui discriminado no Centro de Saúde de Coja, havendo vagas e mesmo assim não tive consulta. Fiz uma reclamação e a única resposta que tive, foi uma tentativa de aliciamento para eu aceitar uma cunha ao meu médico de família para me receber antes, quero chamar a atenção e que chamem a atenção o Senhor Presidente do Conselho Directivo da ARS que isto não pode continuar assim. Aos utentes da extensão de Coja não lhe é cumprida a Lei para que sejam recebidos consoante os tempos garantidos e aquilo que está garantido. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia**, Dr. José Dias Ferreira assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia, pedindo desculpa pelo atraso. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que gostaria de responder a algumas questões colocadas, no entanto pedia autorização para que o Senhor Vereador, Dr. Luís Paulo Costa pudesse responder à questão relacionada com a cantina escolar do Sarzedo, por ser um assunto da área da educação. Referindo-se à situação exposta pelo Senhor António Moura e em relação a Casal Mourão, informou que relativamente à iluminação pública esta é pedida normalmente pela Junta de Freguesia e depois a Câmara Municipal faz esse pedido à EDP, no caso em concreto, foi a EDP que entendeu que o local onde se ia colocar iluminação estava em terreno privado, mas que era uma questão que estavam a tentar ultrapassar com a EDP no sentido de resolver a situação. Sobre a questão das pavimentações, mais concretamente no troço mencionado, informou que está integrado numa candidatura que a Câmara Municipal fez no valor de um milhão de euros para caminhos agrícolas em todo o concelho, o resultado dessa candidatura foi favorável mas sem dotação financeira, na prática o resultado é quase o mesmo de ter tido um parecer desfavorável, no entanto aguarda que no próximo ano essa situação possa ser prevista pelo PRODER que é a



## Assembleia Municipal

entidade que financia a execução dos caminhos agrícolas. Foi feita candidatura no sentido de resolver a situação, infelizmente não há verba da parte do programa para a poder ultrapassar, mas garantiu empenhamento para a resolução do assunto. -----

----- Relativamente à questão da D. Maria da Luz sobre o embargo da obra do vizinho, informou que têm vindo a tentar contactar a pessoa que prevaricou, no sentido de resolver a situação nomeadamente introduzindo um projecto de licenciamento para a obra poder prosseguir, se assim for possível, a fim de não prejudicar mais os vizinhos. Em relação à intervenção do Senhor Jorge Silva, advertiu que Martin Luther King disse que "Nada no Mundo é mais perigoso que a ignorância sincera e a estupidez conscienciosa", não podia estar mais de acordo com esta frase, porque de facto a intervenção feita relatando factos do início de Setembro levariam a que pensássemos que essa intervenção seria feita na Assembleia Municipal de Setembro, provavelmente não foi, porque Vossa Excelência quis estudar melhor o dossier, mas não estudou. Há uma entidade que se chama Entidade Reguladora de Águas e Saneamento e Resíduos que faz a monitorização e o acompanhamento de todos os sistemas do país com quem temos tido várias reuniões. O Regulamento Municipal que regula esta área e o conjunto de análises que são feitas em todos os sistemas que era algo que antes não acontecia, hoje acontece em todos os sistemas incluindo aqueles que são geridos pelas Freguesias e pelas Comissões de Melhoramentos estão disponíveis online no portal do Município, a Câmara Municipal assume aí todas as responsabilidades porque de Lei tem que o fazer e porque também está sujeita ao controlo e à regulação da parte da ERSAR, mais ainda, o plano de controlo da qualidade da água está também disponível para todos os agentes do concelho e nomeadamente para todos os municípios, há uma clareza muito grande relativamente a essa matéria, terminou dizendo que era esta a informação que gostaria de dar e não se perder por palavras menos simpáticas que em nada prestigia a dignidade e a importância desta Assembleia Municipal. -----

----- Tomou da palavra o Senhor Vereador, **Dr. Luís Paulo Costa** que cumprimentou todos os presentes, e respondendo directamente à questão da D. Maria da Luz, a cantina escolar do Sarzedo tal como a cantina de Pombeiro da Beira é gerida pela Junta de Freguesia, esta pela Junta do Sarzedo, naturalmente, referiu ainda que no dia 06 de Outubro de 2010 foi realizada na cantina do Sarzedo uma reunião em que estiveram presentes os pais das crianças. Esteve em discussão algumas divergências entre o regulamento aplicável nas restantes escolas do Concelho e o regulamento existente na escola do Sarzedo, chegando-se a um entendimento quase geral relativamente às ligeiras divergências existentes entre os dois regulamentos. Houve de facto uma matéria em que tal não se verificou possível que tem a ver com a data do pagamento das refeições, ou seja, no caso do regulamento das cantinas que são geridas directamente pela Câmara é possível que os encarregados de educação até ao final do mês efectuem o pagamento das refeições do mês em curso, no caso da cantina do Sarzedo, o regulamento que está aprovado define que esse pagamento seja efectuado até ao dia dez do mês em curso. Essa divergência foi objecto de discussão entre todas as pessoas que estavam presentes e a quase totalidade dos encarregados de educação, à excepção do filho da D. Maria da Luz, todos os restantes se pronunciaram no sentido de aceitar esta regra. Naturalmente que em democracia a maioria geralmente, ou por regra, é que define as posições e foi isso que se verificou. -----



Assembleia Municipal

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1- Leitura do expediente -----

----- **O 1º Secretário** leu os pedidos de justificação de falta da Senhora Deputada Municipal, Maria Armada de Paiva Ventura Gomes Miranda. -----

----- Referiu ainda a justificação de José António Gomes Costa, Presidente da Junta Freguesia de Teixeira, fazendo-se representar pelo seu Secretário, Diamantino Marques Pereira, que fazem parte integrante desta acta.

----- Pela mesa foi justificada também a falta do Senhor Deputado Municipal João Pedro Travassos Carvalho Pimentel. -----

----- Deu conhecimento à Assembleia que foi recepcionado um ofício do Senhor **João Cerejeira Mota**, dando conta de construção de um muro sem audição do vizinho, como este assunto não é competência da Assembleia não impede a esta deliberar sobre ela, não havendo necessidade de proceder à sua leitura. No entanto foi colocado à disposição de qualquer líder de bancada que tencionasse uma cópia. -----

----- Não havendo nada mais de relevante na correspondência que deu entrada, passou-se ao ponto seguinte.--

### 2 – Discussão e Aprovação da acta nº 4 realizada no dia 25 de Setembro de 2010. -----

----- Tomou a palavra o **Senhor Deputado Manuel Augusto** que após cumprimentar todos os presentes referiu que não esteve na última reunião de Assembleia por motivos de razão profissional e enviou email a comunicar essa ausência, no entanto, aparecem os emails de todos os Deputados, à excepção do seu.

----- Interveio o **Senhor Presidente da Assembleia**, dizendo que deverá ter havido um lapso dos serviços.

----- A acta foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com três abstenção. -----

### ----- 3 - Assuntos de Interesse para o Município. -----

----- Tomou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que, não é muito habitual falar no início deste período antes da ordem do dia, mas a gravidade da situação o exige, comunicando que teve conhecimento na passada quarta-feira que está em curso um processo de reestruturação do Instituto de Emprego e Formação Profissional e que nesse processo de reestruturação poderia estar em causa a manutenção do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil que engloba os Concelhos de Arganil, Tábua, Góis, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra. Informou que nessa mesma quarta-feira procurou fazer uma série de diligências nomeadamente um contacto com o Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Dr. Francisco Madelino, sendo que, as várias tentativas que fez durante o dia revelaram-se infrutíferas para chegar à fala com o Sr. Presidente do Conselho Executivo do IEFPP, o que o obrigaram na passada quinta-feira a enviar um fax que passou a ler:



Assembleia Municipal

----- *"Na sequência de um conjunto de tentativas para estabelecer um contacto telefónico com V. Exa., que até ao momento se revelaram infrutíferas, venho, por este meio, solicitar esclarecimentos sobre a veracidade, ou não, de rumores sobre uma eventual decisão de encerramento do Centro de Formação de Arganil. -----  
Agradecemos uma resposta urgente, uma vez que se realizam no próximo Sábado e Terça-Feira as reuniões, respectivamente, da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, nas quais este assunto será abordado. -----  
Estamos certos de que estes rumores não terão qualquer correspondência com a realidade, pois qualquer eventual decisão de encerramento do Centro de Formação de Arganil mereceria a mais veemente oposição desta Câmara Municipal, recorrendo a todos os meios à sua disposição para a contrariar. -----  
Aguardando resposta urgente."-----*

----- Passado menos de uma hora foi recebido um fax do Sr. Presidente do Instituto dando conta que não tinha sido possível atender. De seguida leu o fax de resposta: -----

----- *"Como julgo saber o acto em questão passa sempre por uma decisão governamental consubstanciada no respectivo acto normativo e da sua aplicação será sempre alvo uma conversa pessoal ou prévia, entre os dois".*

----- Daqui indiciava que algo haveria sobre esta matéria. -----

----- Continuou dizendo que teve ocasião depois de estabelecer um novo contacto telefónico com o Sr. Presidente do Instituto dando conta que essa era uma hipótese em aberto, pediu-se um agendamento de uma reunião urgente que terá lugar na próxima quarta-feira com o Sr. Presidente do Instituto e que entretanto também teve ocasião de pedir uma audiência com carácter de urgência ao Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional de forma a debater este assunto, dizendo também que essa hipótese era em primeiro lugar uma decisão ignóbil, não por ser só aqui em Arganil, mas de facto em momento de crise que as empresas e as pessoas enfrentam as maiores dificuldades, o governo deste país, pondera encerrar uma estrutura ligada ao emprego e a formação é por nós absolutamente ignóbil. Em segundo lugar o nosso Centro de Emprego e Formação Profissional, tem vindo a crescer em todos os domínios, na área da formação com mais de 700 formandos que em 2010, e mais 120 mil horas de formação. O nosso Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil que contempla os cinco concelhos da região da Beira Serra tem indicadores superiores àqueles que são os Centro limitrofes, referindo-se à Lousã, Tondela, Sertã, Figueiró dos Vinhos e Seia. No âmbito da formação ultrapassamos mesmo algumas capitais de distrito, Faro, Guarda, Évora. O nosso Centro de formação ministra mais horas de formação do que Centros de Formação de capitais de distrito. Por isso, a ideia sequer de ponderar o eventual encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil é completamente absurda, não estando sustentada em números. Disse também que, entendeu transmitir esta situação aos Senhores Vereadores antes de o decorrer da Assembleia, sendo que só teve conhecimento deste assunto já depois de decorrida a reunião de Câmara. Terminou comunicando que entendeu que tinha obrigação de transmitir à Assembleia Municipal e que pedia ao Sr. Presidente, e se os Senhores Deputados Municipais estivessem de acordo, também daqui da Assembleia Municipal pudesse sair uma posição unânime de todos no sentido de dar ainda mais força à Câmara Municipal no sentido de desenvolver todas as de marches para evitar que esta situação possa acontecer. -----



Assembleia Municipal

----- De seguida, teve a palavra o **Sr. Deputado Eugénio Fróis** que após cumprimentar todos os presentes, pediu permissão para fazer uma referência ao Rouxinol de Pomares, pelo excelente trabalho que tem feito ao longo dos anos na defesa das nossas belezas, da nossa gastronomia e do nosso folclore. -----

----- Iniciou a sua intervenção, dizendo que comungava com a preocupação do Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, a vir-se a confirmar o encerramento seria algo de grave para Arganil e para a Beira Serra, disse também que da sua parte e com certeza da bancada socialista haveria necessariamente concordância e apoio nas acções que considerassem em conjunto oportunas fazer sobre o tema. -----

----- Referiu ainda, relativamente à aldeia das Medas, que é de Coja, que tem de facto uns acessos difícilimos, junto à casa do Sr. Costa, os buracos são mais que o alcatrão, dizendo também que sabia que não era altura para grandes intervenções mas o que pedia é que se tapassem os buracos para que se dessem condições para a circulação dos veículos. Também relativamente ao Casal Mourão, uma palavra de solidariedade, o Casal Mourão tem um acesso que liga o Pisão à Esculca e também já por diferentes vezes não conseguiu fazer a ligação, pediu se fosse possível melhorar aquele acesso seria bom. De seguida falou com agrado da educação do país, dizendo que tinha conhecido à poucos dias um relatório da OCDE, o PISA (Programm for International student Assessment), que apontava para Portugal uma subida forte, na escala internacional, Portugal passou a estar junto aos países de referência quer sejam os Estados Unidos ou França. Justificou a sua intervenção dizendo que na Assembleia Municipal ao longo de muitas sessões ouviu críticas duras ao ensino, o ensino porque se encerravam escolas com poucas crianças contribuindo para a desertificação, aos problemas das aulas de substituição que não eram feitas das formas mais convenientes, ao prolongamento do horário escolar, etc. Continuou dizendo que era uma medida positiva que a todos devia encher de contentamento e naturalmente que ela não conseguia ser conseguida sem a contribuição decisiva dos professores. -----

----- Para finalizar falou nas obras da sua terra, na Praça Dr. Alberto Vale, dizendo que era da opinião que se deve privilegiar o peão em detrimento do automóvel, e que quando a obra estiver concluída, ficará um espaço bonito, para a feira da avó, para beber um café, para lá tocar a filarmónica, um espaço multiusos agradável, mas, Coja ainda tem infra-estruturas descentralizadas ao nível do comércio, e teme que, estas criem um constrangimento na circulação e na travessia da Vila de Coja, sendo que o seu receio é que a curto prazo como, não há um acesso fácil ao comércio que ainda ali está, estas obras venham a atrofiar decisivamente aquela terra, também a fazer fé nas notícias boas de uma ligação a Arganil, a acontecer a curto prazo, se hoje Arganil está tão perto, o acesso a fazer as compras com o carro ao lado, ainda se torna mais difícil deixar o carro no Prado para vir comprar à Vila. Acredita que o Sr. Presidente da Junta se tenha munido de pareceres e que tem com ele um conjunto de opiniões seguras que sustentem a decisão, mas de facto é um receio sincero, também disse que, não teve conhecimento do projecto nem houve discussão sobre o mesmo, pelo menos que tivesse conhecimento, possivelmente aconteceu algo semelhante com a esplanada da Rua Principal e com os diferendos que são conhecidos, não é sua intenção tirar proveito político desta situação, é apenas porque ela está correlacionada e a sua preocupação é real. O seu desejo é que de facto esteja enganado nesta matéria. -----



## Assembleia Municipal

----- Intervio a **Sr.ª Deputada Fernanda Maria Dias** cumprimentando todos os presentes, e começou por dizer que no dia anterior à Assembleia Municipal, estava na festa de Natal do Centro de Emprego quando recebeu um telefonema do Sr. Presidente da Câmara, a dar-lhe esta notícia. Continuou dizendo que foi apanhada de surpresa, o choque tinha sido tão grande, o impacto da injustiça tão amargo. Esta notícia, cairá em Arganil como uma bomba e naturalmente no Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil. -----

Disse também que em tempos tinha ouvido falar em encerramento de pequenos Centros, Centro que não têm expressão em termos da sua densidade populacional, Centros que em termos da sua execução física e financeira poderão não ser relevantes. Agora, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, não faz qualquer tipo de sentido, um orçamento de seis milhões e quatrocentos mil euros, orçamento esse que é todo executado, e grande parte dele deixado em Arganil, o que faz com que o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil seja um importante agente de desenvolvimento local. Tem trinta e cinco funcionários, funcionários, esses que se vêm confrontados, a acontecer, com uma situação delicada, mas há mobilidade geográfica. Não são só os funcionários que a preocupam, são as pessoas que trabalham com o Centro de Emprego. -----

----- De momento no IEFP à uma Directora em regime de substituição, não há chefe de serviços, não há coordenador da área de gestão, não há coordenador da parte da formação profissional, e o Centro conseguiu ultrapassar os objectivos que estavam definidos, porque são um grupo de mulheres e trabalham noite dentro, não é fácil. E mesmo assim a prenda de Natal amarga e injusta que lhes deram, foi esta notícia. Continuou referindo que, de momento têm 2730 formando nos cinco concelhos, conseguiram formar mais 720 formandos do que até Novembro e 2009, têm 660 mil horas de formação, isto traduz-se em mais 112 mil horas de formação do que no ano passado, 685 pessoas entraram em processo de RVCC em 2010 sendo que cerca de 500 já estão certificados, informou também que conseguiram ultrapassar Seia, Guarda. Continuou dizendo que é uma questão de orgulho, é um imperativo categórico, é um imperativo moral, não se trata de um problema do PSD, não se trata de um problema do PS, trata-se de um problema de Arganil e não se pode de forma alguma aceitar como um facto consumado, é demasiado injusto. Preocupa-a os 35 postos de trabalho onde se inclui, mas há mobilidade geográfica, e Arganil, o problema de Arganil será que do orçamento que falou não darão falta depois todas as pessoas que sobrevivem. Será que o trabalho feito, o esforço feito não tem compensação. Terminou dizendo que, pode ser que o governo não tenha os dados e as premissas todas para fazer uma leitura adequada daquilo que se passa em Arganil, dos resultados obtidos, pois só nos pode orgulhar a nós enquanto trabalhadores e a Arganil no seu todo. -----

----- Teve a palavra o **Sr. Deputado Mário Vale** que após cumprimentar os presentes disse ao Sr. Presidente da Câmara que podia contar com ele e com a bancada na sua preocupação sobre o fecho do Centro de Formação de Arganil, que teriam de trabalhar em conjunto para que essa situação não se torne possível, dando conta de que não é um problema de partidos, mas um problema do Concelho e aí terão de estar todos unidos. Terminou citando uma frase de Thoreau "*O Homem é solitário porque constrói muros em vez de pontes*" e desejando um Santo Natal e que 2011 seja o ano do derrube dos muros que se vão construindo, mas lançando pontes, onde possa passar a tolerância, a solidariedade e a verdade. Dizendo também que todos anseiam por um futuro melhor



Assembleia Municipal

económica e socialmente melhor, culturalmente profundo, é esse apelo que faço aos partidos, para que em 2011 Portugal se reveja nos partidos, porque são essenciais à democracia. A democracia constrói-se todos os dias, por fim citou Miguel Torga, Coja 09 de Dezembro de 1973. *"É escusado não posso ter outro partido se não o da liberdade."*-----

----- O **Sr. Deputado José Lopes, Presidente da Junta do Piódão** começou por cumprimentar todos os presentes, de seguida iniciou a sua intervenção com um assunto que já tinha trazido à Assembleia Municipal no ano passado, relativamente a um carro limpa neves, sendo que já caiu neve na serra onde o cenário é bastante bonito, mas sem ele os turistas não poderão usufruir da paisagem. As aldeias já ficaram isoladas durante alguns dias o que trás grandes transtornos às pessoas. Já no ano passado tinha sugerido que a Câmara em colaboração com as Câmaras da região que também são afectadas pela mesma situação, fizessem uma candidatura. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Amândio Dinis, Presidente da Junta de Pomares** que depois de cumprimentar todos os presentes, colocou três questões, uma delas relacionada com a ETAR em Pomares, sendo que as Águas do Mondego já há muito tempo informaram que eram para ter começado as obras e ainda não começaram, outra questão é relacionada com o PDM, para quando a revisão do PDM, em Pomares existem locais onde querem construir e sem a revisão deste não é possível, por fim o Lar de Pomares, houve uma reunião aqui na Câmara com os proprietários e foi resolvido fazer outro desenho para a implantação do lar, para não ocupar tanto espaço, gostava de saber se alguma das questões colocadas já teria sido resolvida. -----

----- De seguida tomou da palavra o **Sr. Deputado João Travassos Nunes, Presidente da Junta de Arganil** que após cumprimentar os presentes começou dizendo que não iria falar das suas preocupações que costuma ser hábito, porque há uma preocupação muito superior, o possível encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil. Continuou, referindo que Arganil tem vindo há uns anos a esta parte a perder muitos serviços, a EDP, a Portugal Telecom, e agora esta que realmente é imperdoável, tudo isto poderá levar à desertificação total. É mesmo uma bomba que se prepara para cair sobre Arganil, e sem que ninguém tenha dado conta, o encerramento do internamento no Centro de Saúde de Arganil. O Hospital Condessa das Canas, uma instituição que ao longo dos anos prestou uma boa assistência, mencionou que tinha preparado um texto, que de seguida passou a ler, onde referia que após o falecimento da Condessa das Canas, D. Maria Isabel de Melo Freire de Bulhões, em 1879, última representante de uma das linhagens mais fidalgas de Arganil por não deixar descendentes legou quase todos os seus bens à Santa Casa da Misericórdia de Arganil, que embora criada acerca de 200 anos antes, em 1674, teve até aí uma existência extremamente difícil por escassez de meios, concentrando-se a sua acção social praticamente a enterrar os mortos de fracos recursos, com o legado da benemérita, a Santa Casa da Misericórdia inicia uma nova fase da sua vida e começa a desenvolver uma acção notabilíssima que chegou aos nossos dias. Foi criado assim, em 05 de Junho de 1882, o Hospital Condessa das Canas, ou Hospital da Misericórdia que ao longo de muitos anos proporcionou um serviço de saúde notável. O que não seria possível sem a grande dedicação do pessoal médico e auxiliar de que é exemplo o Dr. Fernando Valle e as filhas de S. José, ou irmãszinhas, como carinhosamente eram tratadas pelo povo. Por amizade ao Dr. Fernando Vale e em consequência do Hospital ter aberto generosamente as portas em período difícil da sua



## Assembleia Municipal

carreira também Miguel Torga, grande vulto da cultura portuguesa, e médico especialista em otorrinolaringologia, Adolfo Rocha está ligado à velha unidade hospitalar, Torga nunca esqueceu essa atenção e quando deu por finda a sua carreira profissional, ofereceu o espólio do seu consultório do Largo da Portagem em Coimbra, ao qual a Santa carinhosamente fez um pequeno museu no átrio da entrada do edifício, actualmente encerrado ao público. Mais tarde, na década de 70, foi integrado no serviço nacional de saúde e fez parte integrante do Centro de Saúde de Arganil, continuando a prestar um valioso auxílio essencialmente aos mais carenciados. Por força da actual reforma da saúde foi encerrada no passado dia 30 de Novembro a valência de internamento do Centro de Saúde de Arganil, que após obras profundas dará lugar a uma nova unidade de cuidados continuados que vem enriquecer a assistência em Arganil, mas não substitui o serviço que foi definitivamente encerrado. Praticamente ninguém se apercebeu, nem mesmo a imprensa de Arganil. As chamadas unidades de cuidados continuados integrados, o CCI, fazem parte de uma rede que administra e elege as condições necessárias para usufruir do internamento, em média, ou longa duração, ou em convalescença, consoante os casos, mas que não é a mesma coisa que o internamento que se vinha a usufruir do Hospital Condessa das Canas, ou ultimamente do Centro de Saúde de Arganil. -----

----- Inteiro de seguida o **Sr. Deputado Luís Gomes** que cumprimentou todos os presentes, e começou por colocar uma questão, gostaria de a colocar ao Sr. Presidente da ARS Centro, mas na sua ausência colocou-a à bancada socialista e independente, em relação ao encerramento do Hospital Condessa das Canas, dizendo que parece que vai ser feito um prolongamento da unidade de cuidados continuados, e assim, pedia esclarecimentos aos dois membros da Assembleia presentes, que são dessa área e poderiam com certeza prestar um esclarecimento, um outro assunto era relacionado com uma reunião que houve no dia 26 de Novembro da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, CIMPIN, em que foi feita uma deliberação relativamente aos membros representados nessa Assembleia. A Assembleia Municipal de Arganil faz-se representar por cinco membros, três da bancada do PSD, um da bancada do PS e outro da bancada independente e foi deliberado nessa assembleia que deverão ser designados substitutos aos actualmente designados, sendo que este ponto não estava na ordem de trabalhos, informou que traria este assunto só para que a Assembleia tomasse conhecimento e na próxima Assembleia de Fevereiro, então as respectivas bancadas representadas designariam um membro suplente, isto para que os membros efectivos não percam o mandato e possam ser submetidos nas Assembleias que tiverem lugar. E por último, trouxe ainda outro assunto, referente ao Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, dizendo ser uma situação bastante preocupante, referiu que acerca de vinte e cinco anos atrás aquando da formação do Centro de Emprego e Formação Profissional, o CINTERBEI, foram várias as vezes que se deslocou com o Sr. Presidente da Câmara da altura, o Prof. José Dias Coimbra, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional em Lisboa, para resolver a questão da criação da requalificação do espaço da Quinta do Mosteiro, para aí ser instalado o Centro de Formação Profissional. Curiosamente a determinada altura e já estavam gastos mais de 100 mil contos em obras, na adaptação do edifício, um Senhor, na altura Vice-Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, chamado Dumas Dinis, numa reunião deu-lhes a notícia que o CINTERBEI não seria constituído e que iria ser preterido para o Centro de Formação de Seia, que era um Centro



Assembleia Municipal

de Formação Estatal, era um Centro de interempresas de uma região vasta, integrando vários concelhos. Esse Senhor entendia que não havia razão para a formação deste Centro de Formação Profissional, o CINTERBEI, estava disposto a extingui-lo, ele já estava criado, mas apesar das obras o Centro não iria para a frente, a ideia era favorecer o Centro Estatal de Seia, nessa altura os nervos vieram à flor da pele e demonstrou ao Senhor Vice-Presidente do Instituto que a razão que levava à extinção do Centro não teria razão de ser, explicou mais uma vez as vantagens que haveria na criação deste. Convencê-lo não foi fácil e foi com um murro na mesa, é o termo, que manteve uma posição firme para que as coisas andassem para a frente, numa situação semelhante. Informou que nesta situação também estará disposto, a ir ao mesmo edifício e dar também um murro na mesa, porque realmente a ideia preconcebida, se é que vai ser materializada é realmente lesiva para os interesses da comunidade, do concelho e da região. Salientou que não se pode estar de acordo com esta tomada de posição, até pelas razões já descritas, e que todos irão lutar para que esta decisão não venha a ser tomada para bem do Concelho e da Beira Serra. -----

----- O **Sr. Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** após cumprimentar todos os presentes, realçou que trazia mais uma vez um assunto relacionado com a Estradas de Portugal, e desta vez porque há poucos dias os comerciantes que têm comércio instalado à beira da estrada nacional, desta feita, Estrada Nacional 17, foram contemplados com uma taxa de publicidade, perfeitamente absurda e surrealista com valores que não têm qualquer sentido. Salientou que a última taxa que um comércio pagou foi de 250,00€, este ano apresentaram-lhe 860,00€ de publicidade anual, um outro de 470,00€ aplicam-lhe 1500,00€ de publicidade, dizendo que não há comércio nenhum que possa suportar esta taxa, e que o comércio local está sufocado, está em dificuldades e nesta altura a Estradas de Portugal aplica uma taxa destas que não é mais do que uma injustiça tendo em conta que a publicidade deve ser paga, mas com valores simbólicos. Há comércios com taxas anuais que não fazem esse resultado líquido em dois ou três meses de exercício. Relatou uma situação de um comerciante que se deslocou à Estradas de Portugal a fim de pedir esclarecimentos, mas não lhe conseguiram clarificar porque o responsável não estava. Mas o Senhor com alguma insistência ainda perguntou a uma funcionária qual a razão de no ano de 2008 lhe terem cobrado taxa e em 2009 não. Ao qual a funcionária respondeu que o ano de 2009 foi ano de eleições. -----

----- Chamou a atenção da Câmara Municipal para este problema e pediu ajuda para a resolução desta situação, já que muitos dos comerciantes começaram a cortar a publicidade nos toldos para não pagarem as taxas. -----

----- Referiu também, que já em outras Assembleias falaram sobre o risco dos Mega Agrupamentos de Escolas, e que pelo menos o Ensino Básico, onde está mais ligado, está um caos. No Centro Escolar de S. Martinho da Cortiça racionaram-se as fotocópias, cada turma tem direito a um determinado número de fotocópias. O que tem estado à acontecer é que os professores precisam e deslocam-se à Junta de Freguesia, e claro, a Junta não nega as fotocópias. Salientou que o Agrupamento de Escolas de Arganil recebe uma verba do estado para este tipo de gastos, a própria Câmara Municipal de Arganil, sem ter obrigação de o fazer, também paga um subsídio ao agrupamento para fazer face a estes custos, e o Director do Mega Agrupamento toma uma decisão desta



Assembleia Municipal

natureza. Continuou dizendo que o que à tempo foi dito está a confirmar-se agora como uma realidade, falando do Sr. Director do Mega Agrupamento disse que é um Senhor prepotente, e que não está minimamente habituado a lidar com questões de crianças, só com as questões da Escola Secundária, e com isso tem estado a prejudicar o ensino no concelho de Arganil. Salientou que em Março irão realizar-se eleições para o Mega Agrupamento, mas que lhe pareciam uma forma eleitoral do tempo do Salazarismo, onde se arranja um grupo de vinte pessoas para representar um universo de população escolar, e elegem uma direcção para o Agrupamento. Disse também que se este Senhor se candidatar e ganhar, terão de fazer alguma coisa porque está a prejudicar o concelho. Contou que a Câmara Municipal lançou um concurso de presépios de natal, informou o agrupamento mas este não comunicou às escolas e a Câmara ficou à espera dos trabalhos. Referiu que tudo isto era um espelho de incompetência e de falta de sensibilidade para estas questões. -----

----- Terminou dizendo que relativamente ao Centro de Emprego e Formação Profissional, era a continuidade de uma política muito errada, de encerramento de serviços no interior do país que está a contribuir para a desertificação do interior, dizem publicamente que têm de combater a desertificação e que vão investir no interior, mas isso não passa de conversa. -----

----- Tomou da palavra a **Sr.ª Deputada Érica Castanheira** que cumprimentou os presentes e relativamente à educação referiu que os indicadores de que falou o Sr. Deputado Eugénio Fróis são efectivamente animadores, é importante que os indicadores a nível nacional sejam animadores, mas no secundário, em Arganil, os indicadores continuam a ser tristes, no ranking das escolas, a Escola Secundária de Arganil ficou nos últimos lugares. Um lugar vergonhoso. Salientou que os Municípios que estão no fim como Arganil, são os Municípios do interior, mais uma vez a desertificação, o afastamento, o comprometer o desenvolvimento do interior e a qualidade do ensino é lamentável. Continuam a ser as regiões do interior as mais sacrificadas, as assimetrias regionais voltam a notar-se, no caso do IIEFP, uma triste notícia e mais uma vez um exemplo de assimetria regional. -----

----- A **Sr.ª Deputada Maria José Silva** após cumprimentar todos os presentes salientou com muita pena sua que o ambiente de uma Assembleia de Natal se tornasse assim tão negra e tão pessimista, mas as notícias e os comentários feitos não podiam deixar de ser outros. -----

----- Referiu-se primeiramente à questão da educação e mais concretamente aos números do relatório PISA, dizendo que os números valem o que valam, e ainda bem que mais alguém fala mal dos Mega Agrupamentos. Disse que a sensação que tinha é que o sistema educativo está a ser espremido por constrangimentos financeiros e que a palavra de ordem hoje é cortar na despesa, é centralizar e com a criação dos Mega Agrupamentos acabou a cultura de proximidade que era uma das poucas mais-valias que os professores tinham em escolas pequenas, minou a boa vontade dos professores em continuar a dar muito do seu tempo livre à escola e aos alunos e os professores sentem-se completamente desmotivados. Alguns países desenvolvidos já experimentaram este sistema e recuaram, a Finlândia que é apontada pelo Governo como um exemplo a seguir, voltou às unidades de ensino mais pequenas. Agradeceu as palavras de apreço à classe docente onde se inclui, mas disse



Assembleia Municipal

que temia que os agradecimentos não fossem suficientes, para que a qualidade de ensino continue a ser praticada com toda a boa vontade à custa dos professores e dos funcionários das escolas. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Luís Almeida** que após cumprimentar todos os presentes referiu que a sua intervenção visa sobretudo o tema quente da Assembleia, sobre a possibilidade do encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, passando à leitura de uma moção que pretendiam aprovar na Assembleia: *"Na sequência da informação sobre a reestruturação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, vir a estar contemplada o eventual encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, que tão relevantes serviços tem prestado a toda a região da Beira Serra, entendem as diferentes bancadas representadas na Assembleia Municipal de Arganil (PSD, PS e Independente), reunida a 18 de Dezembro de 2010:* -----

- 1. Manifestar a sua mais veemente oposição a qualquer medida que contemple o encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil;* -----
- 2. Realçar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Emprego e Formação Profissional, cuja actividade regista os melhores indicadores face a estruturas limítrofes e se desenvolve nos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua;* -----
- 3. Manifestar a sua incompreensão pelo facto de num momento de crise como aquele que estamos a atravessar se pense em encerrar estruturas ligadas ao emprego e formação, que devem estar mais activos que nunca, sobretudo numa região como a Beira Serra com uma identidade própria, sob pena de acentuar as assimetrias regionais contribuindo para a desertificação deste território.*

----- Arganil, 18 de Dezembro de 2010. -----

----- A bancada do Partido Social Democrata, a bancada do Partido Socialista e a bancada Independente desta Assembleia. -----

----- Como indicadores, de realçar que este Centro tem um orçamento de 6 milhões de euros, tem 2730 formandos, um acréscimo de 720 relativamente a Novembro de 2009, 660 mil horas de formação, mais 112 mil horas que em Novembro de 2009, 685 pessoas que entraram no processo RVCC em 2010, das quais cerca de 500 já estão certificadas. -----

----- Explicou que é sem dúvida um acréscimo, e que será um anexo adicionado à moção que foi lida.

----- Referiu relativamente à educação que conhece bem o ensino e as dificuldades que atravessa, principalmente com as duas últimas Ministras da Educação e as políticas do governo socialista. Dizendo que realmente faz bem ao ego ter conhecimento de relatórios como o que já tinha sido visado, ou então como o relatório da Organização Mundial de Saúde em que diz que os nossos alunos são os melhores, gostam mais da escola, saem menos à noite, cada vez as preocupações relacionadas com o álcool são menores, só que depois quem anda no terreno verifica que não é bem assim. Indicou um exemplo de um caso que tinha conhecimento, o de um professor que tinha sido agredido quatro vezes dentro da sala de aula, à quarta vez o professor também agrediu. O professor foi castigado enquanto, que o aluno nem suspenso foi. Continuou dizendo que nesse relatório vem mencionada a mais-valia do estudo acompanhado, sendo que este tem os dias contados, para o ano



Assembleia Municipal

provavelmente irá terminar, serão mais umas centenas de horários a terminar por consequência dessas horas de estudo acompanhado. Terminou dizendo que relativamente à educação, a possibilidade de cortes de 30% para o ensino cooperativo e privado, ensino esse, que está demonstrado por números, que até por aluno é mais barato do que nas próprias escolas públicas, explicando ser outra medida completamente desproporcionada e que irá levar possivelmente ao encerramento de escolas, sucessivamente levar a mais desemprego. Explicou que leccionou numa escola de ensino particular e cooperativo, no caso numa escola profissional, e que participou com o Ministério da Educação na elaboração de alguns programas, e as escolas públicas no que tocava a ensino profissional, sabiam zero. Estas medidas são de quem não tem noção do que é o interior. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Ribeiro, Presidente da Junta de Folques** depois de cumprimentar todos os presentes informou que estava muito apreensivo com esta notícia do possível encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional, sendo que no seu entender a Freguesia de Folques seria a mais prejudicada, passando a explicar a sua afirmação. Algumas das pessoas empregadas no IEPF são de Folques, e as pessoas que frequentam este Centro ajudam a manter o comércio local que já é difícil. Neste momento também existe uma muito boa rede de transportes que provavelmente mais nenhuma freguesia do concelho terá. Terminou dizendo que a Câmara terá todo o apoio da Junta de Freguesia neste processo. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Manuel Augusto** que após cumprimentar todos os presentes, e respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Gomes, referiu que os Centro de Saúde com internamento começaram a ser encerrados no tempo da Ministra Leonor Bezeza. Arganil foi mantendo com alguma defesa das pessoas que lá trabalham, das várias direcções do Centro de Saúde, foi mantendo o internamento. Muitas das vezes o internamento funcionava para prestar assistência a alguns doentes, mas muitas vezes funcionava como lar. Procurou a direcção do Centro de Saúde, na pessoa do Dr. Carlos Teixeira, que o Centro de Saúde, sabendo que ia ficar com o serviço de urgência básico, com médicos permanentemente 24 horas, procurou que houvesse a possibilidade de uma candidatura a uma unidade de cuidados de curta duração, essa hipótese foi levantada pela ARS, mas o próprio Ministério posteriormente não concordou com isso. De qualquer maneira os cuidados de saúde primários visam a promoção da saúde e não propriamente tratar de velhinhos. Assim, a Santa Casa candidatou-se a uma segunda unidade de cuidados continuados, essa candidatura foi aceite, e dentro em breve as obras terão início. Não seria viável uma unidade de cuidados continuados, manter algumas camas para internamento do Centro de Saúde, mas a unidade de cuidados continuados não serve só o concelho de Arganil, serve naturalmente a rede de cuidados continuados. Com duas unidades de cuidados continuados terão os utentes do concelho de Arganil mais hipótese de ter acesso a esses cuidados, que poderão ser reencaminhados pelos médicos de família e pelos hospitais centrais. Terminou dizendo que não era fácil ao Ministério da Saúde continuar com internamentos nos Centros de Saúde, por muito que todos gostassem de o manter, mas as estruturas de hoje não são compatíveis com isso. -----

----- O **Sr. Deputado Eugénio Fróis** salientou que gostaria de dizer relativamente ao ensino que não se pode contestar um relatório, como o relatório do PISA com casos particulares, dizendo que é um relatório da OCDE que analisa especificamente alunos numa determinada idade, 15 anos, em determinadas componentes que é a



Assembleia Municipal

literacia, a matemática e a abordagem no campo científico. Relativamente ao ranking das escolas, dizer que os problemas do ranking estão relacionados com os problemas sociais em que se vive, e não há decreto-lei nenhum do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Governador ou do governo que diga que alterasse isto e por isso o ranking sobe. A alteração passa também pelo esforço de todos, pela aplicação colectiva, pela melhoria das condições de vida. Terminou dizendo que relativamente à escola secundária, ela tem evoluído e é no panorama regional a escola melhor colocada. -----

----- Tomou da palavra o **Sr. Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** salientando que há cerca de três anos levantou um problema relativamente à situação económica de Coja, na medida em que Coja foi sempre uma terra com a economia baseada na indústria, e a indústria estava a desaparecer, em breve provavelmente ficará apenas uma empresa, porque todas as outras foram fechando. Na altura a antiga Presidente da Assembleia sugeriu que se fizesse uma Assembleia Extraordinária, o que nunca foi feito. Diz que Coja vai ficar sem um rendimento extremamente elevado e não sabe qual vai ser a situação futura. Em relação à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, referiu-se às obras da Praça, na sua opinião, o Senhor Deputado acabou por se contrariar um bocadinho. Começou por elogiar as obras, dizendo que eram bonitas, que permitia a organização de feiras, concertos, de animação, chamar gente. O comércio só vive se tiver gente, se tiver consumo. As obras na Praça são com esse fim, mas o comércio também precisa de se actualizar, de modernizar a actividade para que possam complementar as obras, para que estas venham a surgir o efeito pretendido. Sobre a questão do estacionamento, disse, que o único sítio na verdade mais perto, que fica a 50 metros é o Prado, esperando que muito rapidamente seja complementado pelo novo acesso através dos edifícios do Raposo, o que vai necessariamente criar um desenvolvimento bastante grande a toda a área comercial. O comércio concentra-se muito na praça, e por mais tentativas que se façam para o estender pela vila, tem sido impossível na medida em que toda a gente se quer concentrar naquele espaço. Terminou pedindo a colaboração da Câmara a fim de se poderem realizar as obras o mais rapidamente possível, já que a Junta de Freguesia o que tem tentado é criar condições para o interesse turístico, porque não havendo fluxo turístico, Coja fica morta. -----

----- O **Sr. Deputado Eugénio Fróis** salientando que não haviam contradições nas suas declarações, reconheceu uma maior capacidade naquele espaço, mas referiu que essa beneficiação cria constrangimentos de circulação no espaço que Coja tem, que é único, e que ainda não se conseguiu criar do outro lado. Dizendo também que gostaria de estar enganado e que isso não viesse a acontecer. Relativamente ao Prado disse que é fundamental que se crie lá estacionamento, e que ele próprio enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Coja há 20 anos teve essa leitura da situação e por isso compraram a primeira parcela. Referiu que está absolutamente de acordo com a necessidade de se valorizar e que juntava a sua voz à do Presidente da Junta no sentido de conseguirem um melhor acesso da Praça ao Prado e vice-versa. -----

----- O **Sr. Deputado João Oliveira, Presidente de Junta da Freguesia de Coja** mencionou que não conseguia compreender porque é que o Sr. Deputado Eugénio Fróis diz que o trânsito fica prejudicado, quando ele fica exactamente como está. No seu entender ficaria melhor se instalassem parquímetros, fazendo com que o estacionamento na rua principal ficasse ocupado com os carros dos comerciantes. -----



Assembleia Municipal

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, colocou à votação a moção, ao qual foi aprovada por unanimidade, aclamação. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** manifestando o seu regozijo e apreço pela forma clara e inequívoca como todos colocaram um assunto do interesse do concelho, teve uma palavra para com todas as bancadas pela solidariedade demonstrada na defesa de uma causa de todos, dizendo que houve um verdadeiro gesto e uma verdadeira prática política naquilo de que a política mais se deve orgulhar, que é a defesa dos interesses das populações e por isso não quis deixar de sublinhar essa unidade, salientando que tudo será feito para que esta hipótese não se concretize e que Arganil continue a ter o Centro de Emprego e Formação Profissional, sendo que será muito importante não só para o concelho como para a região. Agradeceu todos os contributos trazidos por todos os deputados. -----

----- Respondendo ao Sr. Deputado Eugénio Fróis, relativamente ao assunto das Medas, informou que está prevista uma intervenção na primavera, a fim minimizar as circunstâncias. Relativamente ao relatório da OCDE, disse que o que o preocupa não é a quantidade dos números, mas a qualidade deles, porque muitas vezes estes relatórios expressam-se em quantidades, mas não avaliam a qualidade desses números. Comunicou ao Presidente da Junta do Piódão que o Sr. Governador Civil assumiu o compromisso de encontrar uma solução para os concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra relativamente a actividades de limpeza de neve, e que continuam à espera que esse compromisso seja concretizado. Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Pomares, a ETAR de Pomares, tal como todas as ETAR'S previstas no calendário das Águas do Mondego, informou que está à espera que as Águas do Mondego envie a recalendarização, uma vez que os prazos da última calendarização não foram cumpridos, tendo solicitado o envio de novas datas, uma vez que o processo tem tido vários adiamentos com os quais não concorda, uma vez que estão a prejudicar as populações. Sobre a questão da revisão do PDM e sobre a questão do lar, estas estão interligadas, uma vez que o espaço da construção está dependente do PDM, e neste campo as coisas parecem-lhe estar a seguir o bom caminho. Também comunicou que a Câmara já fez um novo desenho de implantação a fim de conciliarem o interesse do desenvolvimento do projecto e não prejudicar de maneira nenhuma o proprietário que se dispôs a ceder o terreno para a instalação do Lar. Salientou que relativamente à revisão do PDM, estão numa fase de discussão dos perímetros urbanos e dos aglomerados rurais, esperando em breve dar nota da data da terceira reunião plenária para poderem encerrar o processo o mais rápido possível. -----

----- Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Arganil e do Sr. Deputado Manuel Augusto, relativamente ao internamento informou que na altura também a Câmara teve oportunidade de falar com a administração regional de saúde, com a preocupação de o concelho não perder valências, e foi dito que as condições existentes já não eram as melhores e também que na nova valência estava assegurada a questão do internamento. -----

----- Quanto à intervenção do Sr. Deputado Luís Gomes referiu que a questão da CIMPIN será agendada na próxima Assembleia, e que de facto a próxima reunião de Assembleia Intermunicipal da Comunidade Municipal do



Assembleia Municipal

Pinhal Interior Norte será em Arganil e será naturalmente importante para recebermos aqueles que são os Municípios que mais directamente connosco trabalham a nossa região. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça informou que de facto era incompreensível os valores que têm vindo a ser reclamados junto dos comerciantes, informando que será uma questão a expor ao Sr. Provedor de Justiça e também à própria Estradas de Portugal, a fim de lhes darem uma explicação sobre esta matéria e com conhecimento ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que é quem tutela as Estradas de Portugal no sentido de perceber o que se está a passar porque estes valores estão completamente fora da razoabilidade. -----

----- Sobre a questão dos Mega Agrupamentos disse que com estes acabava a política de proximidade na área da educação e que naturalmente traria problemas, estão aí e são um facto decorrente da medida errada que o governo tomou. -----

----- Quanto à questão do Sr. Presidente da Junta de Coja, naturalmente que as questões de desemprego o preocupam, comunicou que estão atentos a elas e a Câmara está sempre disponível para ser parceira e encontrar soluções, e poder participar em soluções que neste caso concreto, dependem também muito da forma como as empresas se organizam. Sobre a questão do Prado salientou que a Câmara assumiu o compromisso de desenvolver as obras de acesso ao Parque do Prado pela variante sul e avançar também com as obras a fim de quebrar o constrangimento que existe na sequência do prolongamento da variante sul, compromissos que são para concretizar. Faltava um último parecer da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro sobre a reserva ecológica nacional, foi recebido ontem, podendo já lançar o processo de concurso público para o Parque do Prado, o que vai avançar entretanto. A hipótese que referiu o Sr. Presidente da Junta de Coja em relação à eventual via a partir dos edifícios da Raposo e do Vilela é uma possibilidade, não um compromisso, estando a trabalhar nessa solução, nunca será uma solução a curto prazo, será sim a longo prazo. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que existiam dois pontos para incluir na ordem do dia, se assim a Assembleia o deliberasse, que por lapso não foram incluídos no documento da ordem do dia, não obstante, terem sido enviados aos Senhores Deputados os respectivos documentos. -----

Ponto 6 – Alteração do protocolo de delegação de competências às Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e Sarzedo, em matéria de administração da cantina. -----

Ponto 7 – Alteração ao protocolo de delegação de competências às Juntas de Freguesia de Celavisa, São Martinho da Cortiça e Sarzedo, em matéria de abertura de valas para efeitos de reparação das redes públicas de abastecimento de águas e esgotos. -----

Não havendo oposição à inclusão destes dois pontos, foram então incluídos da ordem do dia. -----



Assembleia Municipal

## ORDEM DO DIA

**1 – Auditoria e Certificação Legal de Contas.** Apreciação da proposta da Câmara Municipal e nomeação do Auditor Externo, de acordo com o disposto no nº2, do artº48, da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara**, fez uma breve explicação, referindo que cabe a nomeação do auditor externo, depois de cumpridos os procedimentos normais de contratação pública. A proposta é que seja designada depois de se correr o procedimento de contratação pública, a empresa BDO. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** questionou, se neste caso a lei obriga a consultar três empresas ou só uma. - -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o código de contratação define tectos, no caso de aquisição de bens e serviços, o ajuste directo, não sendo obrigatório consultar mais do que uma até 75 mil euros. Nos casos específicos de projectos de arquitectura e especialidades até 25 mil euros. No caso das empreitadas o limite é 150 mil euros. -----

----- Colocado este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com três abstenções. -----

## **2 – GOP – Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano 2011.**

Discussão e votação. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** mencionou que os pontos dois e três estão interligados, em primeiro lugar referiu as condicionantes e o ponto de partida para a elaboração deste orçamento. A crise económica e financeira que o país actualmente vive, tem também uma expressão na vida interna e na vida das autarquias, o primeiro grande facto tem a ver com a redução de transferências do estado para o município, que de 2010 para 2011 representam menos 600 mil euros, 8,6% daquilo que eram as transferências do orçamento de estado de 2010. A acrescer a isso mais 100 mil euros resultado do aumento do IVA, na parte da aquisição de bens e serviços de 20 para 23% e ainda também a questão da comparticipação das autarquias para a Caixa Geral de Aposentações que tem vindo a aumentar nos últimos anos, cerca de 5% e que representa um valor também significativo de cerca de 200 mil euros. A partir deste quadro foi elaborada e desenvolvida a proposta das grandes opções do plano para 2011 e o orçamento municipal. Fizeram-se opções muito claras que passou a enunciar: garantir o desenvolvimento de projectos em curso com a participação de fundos europeus, o QREN está numa fase particularmente delicada, quem executa física e financeiramente recebe as necessárias componentes financeiras, quem adiar esses investimentos poderá não dispor no final do programa dos meios que teria à sua disposição, essa é uma exigência e foi uma opção muito clara, a segunda tem a ver com a prioridade que se deu nos projectos estratégicos para o concelho apostando numa visão e num planeamento plurianual. Salientou que têm a noção clara de que é impossível lançar todos os investimentos prioritários no mesmo ano, por isso procuram introduzir uma lógica plurianual de forma a concretizar aquilo que são os compromissos assumidos com os Arganilenses e concretizar obras que consideram prioritárias neste mandato. Em terceiro lugar, referiu que



## Assembleia Municipal

continuam a investir no desenvolvimento económico, mais ainda por se encontrarem em período de crise, designadamente nas zonas industriais melhorando a actividade do concelho para este tipo de investimentos. Sendo uma área que não pode parar, têm de se criar condições para o desenvolvimento de novos projectos industriais e consolidação dos existentes. Informou também, que brevemente na Zona Industrial da Relvinha irão acrescer dois novos investimentos industriais, um novo e uma deslocalização, uma empresa bem conhecida de todos e que leva bem longe o nome de Arganil, que é a Salsicharia Soares e Damião. A quarta grande opção tem a ver com manter o nível de apoio quer ao associativismo quer às freguesias, recordou que as freguesias vão sofrer um corte no orçamento do estado de 8,6%, vendo assim reduzida a sua capacidade de intervenção. Foi feito um esforço no sentido de procurar não diminuir o nível de transferências quer para o associativismo quer para as freguesias, garantindo assim os mesmos meios da Câmara Municipal poder desenvolver a sua actividade, era uma preocupação que tinham, a execução das medidas para que isso não acontecesse estão plasmadas no orçamento municipal e nas grandes opções do plano. Referiu que a estratégia de desenvolvimento tem três objectivos estratégicos que passou a enunciar, para promover a melhoria da qualidade de vida em 2011, a requalificação do espaço da antiga Cerâmica Arganilense três milhões e trezentos mil euros, a requalificação da EB1 de Arganil um milhão e novecentos e quinze mil euros, a requalificação do Parque do Prado em Coja duzentos e cinquenta mil euros, e extensão de saúde de S. Martinho da Cortiça cinquenta mil euros, a requalificação da rede viária municipal setecentos mil euros, a ligação Folques – Quinta do Mosteiro cento e cinquenta mil euros, reforço das redes de abastecimento de água e saneamento duzentos e vinte e dois mil e quatrocentos euros, reforço das redes de saneamento e ETAR's quinhentos e sessenta mil euros, para concretização do segundo objectivo estratégico de desenvolvimento de produtos turísticos e competitivos em 2011, o programa de valorização económica dos recursos endógenos PROVER, Aldeias do Xisto e Aldeias Históricas, Património Judaico trezentos e setenta e três mil euros, as praias fluviais e zonas balneares sessenta mil euros, para o fortalecimento da espessura económica em 2011, a ampliação da zona industrial da Relvinha duzentos mil euros, o programa FINICIA vinte e cinco mil euros de apoio às microempresas, Ficabeira e Feira do Mont'Alto e a Feira das Freguesias, respectivamente com cento e cinquenta mil e quinze mil euros, valores idênticos aos de 2010. Referiu que estamos perante um plano de investimentos centrado nas prioridades do concelho, alicerçado num orçamento de rigor e realismo. Recordou também a proposta de orçamento para 2011 regista um decréscimo de 15% naquilo que é o montante global da receita e do montante global da despesa face à proposta apresentada no ano de 2010. -----

----- O **Sr. Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que ficou desiludido, porque depois de falar sobre os problemas de Coja, o Sr. Presidente da Câmara coloca a questão do acesso ao Prado de uma forma um bocado dúbia, é uma obra urgente, é de uma grande valia para a freguesia, não constitui grandes encargos financeiros e por isso não compreende porque é que o Sr. Presidente põe dúvidas na execução rápida de uma obra destas, terminou dizendo que espera que o Sr. Presidente não vá atrasando a obra para fazer a inauguração em ano de eleições. -----



Assembleia Municipal

----- O **Sr. Deputado Eugénio Fróis** referiu que concorda com o Sr. Presidente da Câmara quando diz que plano plurianual de investimentos e o orçamento da receita e despesa estão interligados. Disse também que as grandes opções do plano e orçamento municipal traçam um rumo a seguir, e representam um grande desafio para o município, são dois instrumentos políticos de inegável relevância com implicações no futuro colectivo do concelho de Arganil. No entanto, a bancada do PS defende que a elaboração da proposta de plano e orçamento deveria ter merecido um debate mais amplo, enriquecido por opiniões distintas, valorizando o sentido da democracia e o seu efectivo cumprimento. A proposta apresentada pela maioria PSD, apresenta um quadro de constrangimentos de ordem financeira, pelo que faz nesta altura ainda maior sentido a proposta apresentada já anteriormente pelo Vereador do PS, de implementação do orçamento participativo no concelho de Arganil, uma prática que tem sido generalizada no país com resultados positivos ao nível da aplicação dos recursos municipais e que envolve e responsabiliza os cidadãos na definição de alguns investimentos a realizar, faz com que compreendam as dificuldades de limitação de recursos imposta pela inevitabilidade da consolidação das contas públicas. Continuou dizendo que depois de uma leitura atenta, tiraram uma conclusão de que as GOP e orçamento propostos para 2011 não ponderam a realidade do concelho de Arganil. Já que há uma redução do orçamento em 15% face a 2010; 3,3 milhões de euros. No entanto, crêem que a redução das transferências da administração central inscritas no orçamento de estado para 2011, no montante de cerca de 600 mil euros, não explica um decréscimo tão acentuado no orçamento municipal. No que respeita ao investimento municipal verifica-se que no documento das GOP continuam a constar várias intervenções já previstas em anos transactos, dizendo que parece que estão perante promessas sucessivamente adiadas e assim geradoras de falsas expectativas nos municípios, perguntando qual a garantia que esta Câmara dá aos seus municípios de que de facto vai ser desta que os mesmos serão executados. -----

----- Salientou também que o ano de 2011 se anuncia como um ano de agravamento da crise económica e social, facto que deveria ser considerado com especial atenção no orçamento. Mas isto resulta pouco em dotação de meios para apoiar socialmente os cidadãos mais desfavorecidos. O apoio às instituições particulares de solidariedade social foi esquecido, apesar do papel ímpar que estas instituições têm junto dos mais carenciados, sobretudo em épocas de dificuldades acrescidas, na actualidade em que os recursos escasseiam e é necessário encontrar a nível local e próximo das populações, soluções inovadoras que previnam e combatam os problemas sociais, reiterando assim o papel que as comissões sociais de freguesia devem assumir na resolução desses muitos problemas já identificados no concelho, a implementação dessas comissões sociais de freguesia é cada vez mais uma exigência. No sector da educação reconhecem e saúdam o investimento que está a ser feito nomeadamente, na requalificação do parque escolar, a nível das escolas do primeiro ciclo, no ensino básico e jardins-de-infância. Contudo, lamentam não poder dizer o mesmo relativamente ao ensino profissional. -----

----- Continuou dizendo que o orçamento se encontra fortemente condicionado pelo avultado investimento que está a ser feito na antiga cerâmica Arganilense, tendo obrigado a retirar de orçamento ou dotar com verbas insuficientes outros projectos fundamentais para um desenvolvimento harmonioso do Município. -----



## Assembleia Municipal

-----Referiu que registam com agrado a evolução da proposta recentemente apresentada e que perspectiva novas funcionalidades para o edifício da antiga cerâmica. No entanto, são apologistas de uma reorçamentação que definisse um investimento mais dilatado no tempo, permitindo ao executivo realizar outros projectos essenciais no concelho, como é o caso das obras de beneficiação do Teatro Alves Coelho, adiado pelo menos por mais um ano. Salientou que Arganil continuará sem uma casa da cultura que acolha com conforto e dignidade as iniciativas dinamizadas pelas associações e instituições culturais existentes no concelho. Na área do turismo destacam pela negativa a redução do investimento na beneficiação das praias fluviais do concelho, sobretudo no Vale do Alva, o que revela um desinteresse do executivo pelo aproveitamento de um recurso naturalmente herdado e valioso, lamentam ainda a falta de uma política ambiental da autarquia, política esta que tivesse em atenção a concertação com as Juntas de Freguesia, a limpeza dos espaços públicos vão sendo transformados em lixeiras. Relativamente ao desenvolvimento industrial de Arganil, defendem que o apoio ao sector não deve restringir-se apenas à captação e fixação de novas empresas, mas também ter em conta a melhoria das condições de funcionamento das empresas já instaladas. O investimento da requalificação dos parques industriais deverá ser uma prioridade, responsabilmente assumida pelos munícipes que ao lado dos industriais e empresários ajudam à consolidação da actividade de um sector que cria emprego e gera riqueza. -----

-----Terminou dizendo que vivemos tempos difíceis que exigem antes de mais solidariedade para com todos aqueles que estão menos habilitados a suportar os efeitos da crise, e que este orçamento municipal não é do partido socialista, porque seriam mais solidários no reforço da coesão social do concelho, pelas diferenças que os separam, informou que a bancada PS na Assembleia Municipal votará contra a proposta de GOP e orçamento para 2011, apresentada pela maioria PSD na Câmara Municipal de Arganil. -----

-----Interveio a **Sr.ª Deputada Isabel Carvalho** após cumprimentar todos os presentes começou por informar que fez uma análise à documentação sobre o plano plurianual e sobre o orçamento, concluindo que as propostas são muito semelhantes aquelas que foram apresentadas em anos anteriores, verificando com grande tristeza que a quebra no investimento em sectores muito importantes como a cultura, o meio ambiente e nesta época, sendo época de crise e que levou ao corte de investimentos e de apoios, não havendo neste plano uma atenção, uma preocupação especial com o apoio social e com a função social que a Câmara e todos devem ter.

----- Comentou que nas grandes opções do plano, verificou e não concordou com isso, mas são opções tomadas, nestas grandes opções 43% do investimento destinam-se à requalificação da cerâmica e 7,3% ao saneamento e ETAR, discrepância que no seu entender não se deve às boas condições em termos de saneamento, mas um desinteresse em melhorá-las, fala-se e tem-se verificado o alargamento da zona industrial da Relvinha, mas as condições de saneamento da zona industrial são péssimas, salientando que todos os anos questiona o executivo se está prevista alguma melhoria de requalificação de substituição da ETAR. Mencionou que há um ligeiro aumento no investimento em saneamento e ETAR's de 40 mil euros previsto para 2010, que passam para 150 mil euros para 2011. Perguntou se alguma das verbas se destina a melhoria do saneamento da zona industrial da Relvinha. -----



Assembleia Municipal

----- Saliou com grande tristeza, esperando estar errada, que à uma continuidade no agravamento do desinteresse pelo Teatro Alves Coelho, em 2009 previa-se um investimento de 480 mil euros, em 2010 desceu para 100 mil euros, e em 2011 para os 5 mil euros. Esperando não ser um sinal do fim do Teatro Alves Coelho, no entanto, mencionou um aspecto que considera muito positivo, que a Câmara se tenha interessado pela preservação do espólio da Comarca de Arganil, investindo 62 mil euros na aquisição desse espólio. Questionou se este espólio corresponde a edições impressas do jornal, ou ao equipamento, sendo que este tem um valor histórico importante e que é um marco da evolução da imprensa, não só a nível da região, mas também a nível nacional. -----

-----Interveio o **Sr. Deputado Luís Almeida** para dizer que relativamente ao orçamento e às opções do plano para 2001, realmente é um orçamento do Partido Social-Democrata, é um orçamento pelo qual se tem de começar a analisar de cima, e desde logo o realce para a redução das transferências do estado para o município em quase 600 mil euros, somando isto ao aumento do IVA deverá traduzir-se num acréscimo de mais 100 mil euros, só na aquisição de bens e serviços, bem como o aumento da comparticipação que as autarquias são confrontadas para a Caixa Geral de Aposentações, não andarà muito longe de 1 milhão de euros. -----

-----Saliou que se tem de analisar o documento pelo topo, pela larga redução de transferências que condicionam a elaboração deste, no entanto, de realçar, os compromissos que foram assumidos pelo Partido Social-Democrata e pelo executivo em 2009, estão a ser cumpridos. A garantia da requalificação do espaço da antiga cerâmica, que felizmente já se estão a ver os pilares e já se consegue ver o corpo da futura piscina aquecida municipal. A requalificação do espaço é um facto, o seu faseamento da obra, foi uma atitude sensata. O pagamento será efectuado de forma faseada e equilibrada e será também o compromisso efectuado pelo Partido Social-Democrata, mas também o respectivo pagamento, referiu que na última reunião da CIMPIN estavam em Ansião, no auditório de centro de negócios, um espaço bastante interessante, e aquando dessa reunião foi equacionado onde seria a reunião de Abril em Arganil. Referiu também que não sendo no salão nobre do município, se calhar não tinham outro local com as condições que têm sido presenteados noutros locais como Lousã, onde também já foram. Isto cria ansiedade de crer vê-lo em pé e já em funcionamento. Compreendo, no entanto, que a cerâmica tire o sono a muita gente e que tirará durante muitos anos. Em primeiro lugar por nada terem feito em mandatos anteriores para a requalificação daquele espaço e depois porque será certamente o grande marco do Partido Social-Democrata no concelho de Arganil, e provavelmente será assim durante muitos e longos anos. De referir ainda a requalificação da escola EB1 de Arganil, está já na recta final, depois haverá aqui outras, a requalificação do parque do Prado em Coja, e mais uma série de iniciativas que vêm reforçar o voto de confiança dos Arganilenses. Votaram um projecto e ele está a ser desenvolvido e a obra está em curso. Terminou dizendo que realmente podemos sempre dizer que faríamos diferente, mas o passado recente prova que mais e melhor certamente seria difícil. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** referiu que se verifica que o orçamento para 2011 se encontra emolado e completamente à margem da realidade. Nas GOP 2010 e em relação ao Teatro Alves Coelho previa-se um investimento de 100 mil euros com financiamento definido de 100 mil euros para 2010 e de 700 mil euros



## Assembleia Municipal

para 2011, o que se verifica agora nas GOP para 2011 é um investimento de 5 mil euros em 2011, de 420 mil euros para 2012 e de 350 mil euros para 2013. Em relação à cerâmica as GOP 2010 previam a realização de 2 milhões de euros para 2010, 2011 e 2012, e financiamento definido de 2 milhões de euros para 2010. Agora prevê-se um investimento para 2011 de 3 milhões e 500 mil euros e 2 milhões para 2012 e financiamento de 3 milhões e 500 mil euros para 2011. Em relação à escola EB1 de Arganil, as GOP de 2010 previam a realização de 2 milhões de euros para 2010, realizou-se um investimento de 60 mil e 560 euros em 2010 e prevê-se a realização de 1 milhão e 900 mil euros para 2011, isto são apenas três exemplos de obras emblemáticas para o concelho. Quanto ao turismo verifica-se que os apoios são apenas para festas e romarias, curiosamente não se verifica qualquer redução de verba para a Ficabeira em relação a 2010. Mas pela resposta que foi dada pelo Sr. Presidente ao Vereador Rui Miguel Silva, na reunião de executivo de sete de Dezembro de 2010, grande parte destes financiamentos ainda não estão aprovados, o que poderá fazer com que a execução deste mesmo orçamento venha a ter uma forte redução na execução à semelhança do que aconteceu com os anteriores e que o Vereador Rui Miguel Silva já referiu na sua intervenção na reunião do executivo. Quanto às receitas também questionou a verba de 1 milhão e 850 mil euros, transferências de capital de sociedades privadas. O Sr. Presidente na reunião de executivo de sete de Dezembro em resposta ao Vereador Miguel Ventura, referiu que estas receitas podem vir de contrapartidas de parques eólicos ou de mecenato, pediu que o Sr. Presidente informasse a Assembleia Municipal se tem conhecimento antecipado de contrapartidas dos parques eólicos ou de verbas do mecenato, por ser uma verba bastante elevada e o país e as empresas também estarem em crise. Isto porque já em anos anteriores questionou o Sr. Presidente sobre uma verba de 600 mil euros que aparecia no orçamento e posteriormente veio a verificar-se que essa verba tinha sido dada pelas eólicas ao abrigo do mecenato e para o Centro Tecnológico de Arganil. -----

----- Chamou a atenção relativamente à apresentação do gráfico, olhando para o gráfico da evolução do orçamento municipal, fica a sensação que a redução do orçamento 2011 em relação a 2010 foi de 60% , o que não é verdade, dever-se-ia partir da base zero, enquanto que no gráfico parte da base 16 milhões para o topo de 21 milhões e 500 mil. A evolução da receita corrente, igualmente, parte de 7 milhões e 900 mil euros para 8 milhões e 700 mil, apenas uma diferença de 800 mil, a evolução das despesas correntes de 7 milhões e 900 mil para 8 milhões e 700 mil, mas na evolução das despesas de capital já parte da base zero para a base 14 milhões. Quando se elabora um gráfico, ele tem de dar a noção exacta do que são as variações e não ligeiras camuflagens para demonstrar coisas muito bonitas que não correspondem. -----

----- Tomou da palavra o **Sr. Deputado Luís Quaresma** que após cumprimentar todos os presentes e referir não ser hábito intervir desde que foi eleito para o lugar de Secretário da Assembleia, disse que por ser um ponto importante e como algumas coisas que achava que deveriam ser ditas não o foram, teceu alguns comentários.

----- Registou com alguma estranheza a proposta da bancada socialista em que o pagamento da obra da cerâmica seja adiado, não percebendo como é que isso poderia ser feito, sem se recorrer à banca, porque há um concurso, há uma empreitada que está adjudicada que tem de ser paga dentro dos prazos contratualizados e o que o Partido Socialista está a propor é que se vá à banca contrair dívida, pagar juros para se poder durante mais



Assembleia Municipal

anos pagar aquilo que a Câmara com tanto esforço se propôs pagar em três anos, que é o período da execução da obra. Por um lado o executivo a fazer um esforço épico, para poder fazer aquilo que não é normal, que é pagar uma obra enquanto ela está a ser executada, mas quando há um executivo que tem a coragem de o fazer, vêm logo outras mentes mais brilhantes entender que ela deve ser paga por mais tempo, recorrendo ao banco, uma vez que o empreiteiro não vai esperar mais dois ou três anos que a obra seja paga. Outra preocupação é a questão do Teatro Alves Coelho, não ser reabilitado e o atraso na reabilitação, mas essa é uma preocupação de todos os Arganilenses, dos sociais-democratas, dos socialistas, dos independentes, de todos os que gostam de Arganil e que gostariam de ter uma sala de espetáculos com mais qualidade que não temos. Salientou que apenas o valor que o estado central vai cortar de transferências para o município para o ano 2011, cerca de 1 milhão de euros dariam para no próximo ano realizar as obras do Teatro Alves Coelho. Ai é que devemos questionar e devemos todos lamentar que o estado esteja a cortar a direito sem se preocupar com o interior e com os concelhos que mais precisam de ser ajudados. De referir também que uma das preocupações, é que no próximo ano possa a ETAR da Relvinha ser reabilitada ou ser feita uma nova, prevendo-se a instalação de uma nova indústria na área do ramo alimentar irá de alguma forma agravar o estado da ETAR actual, essa deverá ser uma prioridade dentro dos limites orçamentais da Câmara, que possa vir a ser feita no ano 2011. -----

----- O **Sr. Deputado Luís Gomes** teceu um comentário à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis e ao Partido Socialista, relativamente à preocupação de não ver espelhado no plano o apoio aos empresários e às empresas, o problema do ambiente, das praias fluviais, os problemas pessoais. Dizendo que o Sr. Deputado errou no destinatário, não é a esta bancada social-democrata que deve dirigir este discurso, dirija-o ao seu partido que governa este país. Onde estão os apoios às pequenas e médias empresas do interior, onde estão a redução das taxas para a competitividade das empresas do interior, onde está a política do ambiente definida para o interior do país, nomeadamente para os cursos de água que muita gente aprecia, por isso se desloca aqui em turismo, onde está o desenvolvimento dessa política, onde estão os apoios sociais com o corte às famílias e ao abono de família, esse discurso que o Senhor focou que não está contemplado no orçamento e plano para 2011 dirija-o ao patamar de cima, dirija-o ao Partido Socialista, dirija-o ao governo. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Coja, que no momento já se encontrava ausente, disse que o compromisso assumido é a intervenção no Prado com o acesso através da variante sul e também aliviar o constrangimento do prolongamento da variante sul até ao centro da vila, esse vai ser concretizado. A outra hipótese referida está a ser estudada e se verificar viável terá de ser calendarizada no tempo, portanto será sempre um investimento a médio/longo prazo. Essa hipótese não é um compromisso, é só um compromisso o estudo dessa hipótese, portanto a posição é muito clara. -----

----- Quanto às questões do plano plurianual de investimento e do orçamento para 2011, referiu que na reunião de câmara os Senhores Vereadores legitimamente traziam um conjunto de dúvidas sobre o orçamento, sendo que respondeu a todas elas, não ficou uma única dúvida por esclarecer, e é curioso que depois a declaração de voto, que já vinha formatada de casa, não contemplar o esclarecimento dessas dúvidas, disse que era um exercício que



Assembleia Municipal

a oposição devia fazer, esclarecidas as dúvidas, devia adaptar o seu discurso também às dúvidas que são esclarecidas, não lhe parecendo que faça muito sentido manter o texto pré-formatado. -----

-----Constatou também que a oposição todos os anos reclama mais investimentos, isso é legítimo, mas tem de fazer um exercício que é dizer onde é que se corta para fazer esses investimentos. Reclama mais obras, mais investimentos, mas não diz onde é que corta na despesa para realizar esses investimentos. É um orçamento limitado pelas condicionantes já apresentadas, mas a proposta é apresentada de forma clara. -----

-----Respondendo concretamente ao Sr. Deputado Eugénio Fróis sobre a questão do apoio social, é preciso ler as competências do Governo e as competências da Câmara Municipal sobre este domínio. No quadro das competências da Câmara Municipal está a fazer tudo aquilo que pode e essas competências estão muito focalizadas na questão da educação, isentamos os transportes escolares até ao 12ºano, reduzimos a componente de apoio à família em 50%, garantimos a acção social escolar, nomeadamente a questão dos livros, das refeições, temos desenvolvido um trabalho importantíssimo nessa área de forma a minimizar os efeitos da crise, mas é de acordo com o quadro das nossas competências, a Câmara Municipal não tem poder de decisão sobre as questões do rendimento social de inserção, sobre o apoio às famílias, não cabe nas nossas competências, não podemos intervir aí, naquilo que podemos intervir, estamos atentos e vamos continuar a desenvolver acções, dizendo por fim que o Sr. Deputado tem de reestruturar os dossiers porque há competências que são manifestamente do Governo e que algumas das questões tem de as enviar para o Governo porque a responsabilidade é do Governo. -----

-----Quanto à Cerâmica Arganilense disse que a grande ideia do PS para a Cerâmica Arganilense era investir 5 milhões no Centro de Cultura da Terra e mais 3 milhões em piscinas aquecidas municipais, num terreno que não era do município, sendo que o valor global do investimento era de 8 milhões de euros, com a Câmara a ter de pagar uma renda anual para instalar as piscinas num terreno que não era do município. Era este o grande projecto do Partido Socialista, o nosso projecto é um investimento de 6 milhões, é concretizado integralmente em terrenos do município e este orçamento desmente aqueles que diziam que esta obra ia hipotecar o futuro, porque com esta dotação financeira ela estará paga em 2013. A proposta que apresentaram hoje e em reunião de câmara, das duas uma, ou era converter a Cerâmica na obra da Sagrada Família do Gaudi em Barcelona ou nas obras de Santa Engrácia, ou então contrair um novo empréstimo para pagar a obra em suaves prestações, mas com juros prejudicando as gerações futuras. -----

-----Relativamente à Sr.ª Deputada Isabel Carvalho falou na cerâmica, no saneamento e na cultura, a Cerâmica também é cultura, a construção do museu e do espaço multiusos permitirá o desenvolvimento de várias actividades, particularmente o museu, ligadas à cultura. E o Teatro Alves Coelho não está esquecido, bastava o Governo não ter cortado 600 mil euros em 2011, e esta obra estaria inscrita no plano plurianual para 2011, mas, é um compromisso assumido e os compromissos serão concretizados até ao final do mandato. Quanto ao espólio da comarca, agradeceu as palavras da Sr.ª Deputada Isabel Carvalho, e informou que o que foi adquirido foi a colecção existente desde 1901 até 2009, também é a preservação cultural de um elemento fundamental para a história de Arganil. -----



Assembleia Municipal

-----Salientou também que retirou uma frase da intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, quer a Cerâmica, quer a Escola eram obras emblemáticas para o concelho, finalmente há um reconhecimento da parte da oposição sobre a importância destas obras. Quanto à questão da ETAR da Zona Industrial da Relvinha que o Sr. Deputado Luís Quaresma e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Carvalho falaram até há relativamente pouco tempo não tínhamos instrumento para fazer o controlo daquilo que são a produção dos efluentes de cada uma das empresas, mas uma ETAR não trata tudo, é necessário que cada uma das fontes poluentes entregue o efluente com determinadas características para se poder fazer um bom tratamento. Isso acontece com a ETAR existente como com uma nova, nesse sentido estamos a desenvolver um trabalho junto das empresas para garantir que as condições de efluente de cada uma delas permitam um tratamento eficaz na ETAR e ao mesmo tempo a estudar se deve fazer uma nova ETAR ou ampliar a existente com uma reformulação profunda. É esse trabalho que está a ser feito e naturalmente será dado conta à Assembleia Municipal do desenvolvimento desse trabalho. -----

----- O **Sr. Deputado Eugénio Fróis** referiu que a discussão sobre o plano e orçamento está sempre interligada ao investimento da Cerâmica. A Cerâmica aqui é nuclear. Respondendo ao Sr. Presidente da Câmara, disse, que há uma tentativa de ligação a projectos e ideias que nós, Partido Socialista, comigo aqui nunca subscrevemos, o que reiteradamente temos dito é que o projecto deveria ser repensado, e que havia no projecto da Cerâmica Arganilense muito dinheiro a investir em áreas que seriam um mau investimento. Estou a falar nomeadamente da área comercial prevista e que ainda bem o projecto foi reformulado, e o PS congratula-se com essa reformulação do projecto. Nunca o PS esteve contra a construção de piscinas aquecidas em Arganil, consideramos ser fundamental para a qualidade de vida, e para o bem-estar dos Arganilenses. Portanto, essas colagens que eu compreendo a ideias que não defendemos não fazem nenhum sentido. -----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Luís Quaresma, não falámos em dilatar pagamentos, o que nós dissemos é que seria natural nesta conjuntura difícil uma reorçamentação, um faseamento protelado, naturalmente do investimento e consequentemente do pagamento, é uma coisa diferente de termos dito que propomos um pagamento mais dilatado, naturalmente neste problema do orçamento do Município de Arganil, é um investimento de tal forma avultado que condiciona tudo o resto, nomeadamente o apoio social. -----

-----De seguida deu um exemplo de uma Junta de Freguesia do distrito de Coimbra que criou uma loja social, a ideia não era complicada e nós podemos fazer coisas bem melhores, mas essa autarquia propunha-se receber bens que não eram efectivamente necessários e depois faziam uma redistribuição. São ideias simples que podemos ampliar, e neste momento as condições são absolutamente diferentes, isto não era pensável há dois anos, a situação que hoje a comunidade internacional, a Europa e Portugal também vive e como consequência o concelho de Arganil, e por isso não podemos ter posições cristalizadas sobre a Cerâmica, temos de assumir aqui uma disponibilidade para reformular, e uma disponibilidade para analisar, mantendo-se a característica e as ideias iniciais que temos defendido. -----

----- A **Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Carvalho** iniciou a sua intervenção dizendo que na sequência das respostas que foram dadas, sentia-se magoada e picada, quando colocam em causa o interesse e o bem-estar da evolução da sua terra e do seu concelho. Dizendo que a sua vida tem sido desenvolvida com base nisso e não são as



Assembleia Municipal

dificuldades ou críticas que a vão fazer pensar de outro modo, dizendo que não faz aproveitamento político nem do que pensa nem dos comentários que faz. Toda a gente quer a evolução do concelho, as prioridades avaliadas é que podem ser diferentes, e quando diz que há um excesso de investimento numa área e uma carência grande na outra é mesmo a sua opinião, não é um aproveitamento político, porque o seu lema é trabalhar e se é para fazer arregaçam as mangas e fazem, se é difícil tem de se fazer um esforço maior para atingir o que se quer. E mais uma vez em relação ao saneamento básico e às ETAR'S, qualquer dia chega ao ponto de propor que se crie a rota dos maus cheiros, e no Sarzedo há dois locais que poderiam ser considerados. O saneamento básico é um problema essencial para o bem-estar das populações e para a atracção de pessoas e isso não é secundário. Por outro lado, o Teatro Alves Coelho tem sido adiado, este ano é porque as verbas do estado foram cortadas e nos outros anos não houve cortes e o adiamento verificou-se também. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** começou por dizer ao Sr. Presidente da Câmara que nunca foi contra a construção das piscinas municipais. Em relação à remodelação da Cerâmica, já era contra os moldes em que foi feita, não concordando com o espaço comercial porque vai dar cabo do comércio tradicional da vila de Arganil. Contra a criação de um centro de congressos porque a requalificação do Teatro Alves Coelho vai criar um espaço suficiente e uma capacidade suficiente para os eventos que se vão realizar em Arganil. Sobre a EB1 de Arganil, disse que levantou o problema no anterior executivo na Assembleia Municipal, sobre o interromper o ano lectivo, como na altura pretendiam mandar para casa as criancinhas para começar as obras de imediato. A Senhora Presidente de Assembleia na altura, disse que, já ontem era tarde, mas o que verifica é que quase três anos depois as obras ainda não estão completas, realmente é uma obra emblemática, mas tem sido protelada, como a Deputada Isabel Carvalho referiu este ano vem o corte nas verbas dos FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), questionou também porque é que não se fala na diminuição dos custos com o corte de pessoal que o governo decretou dos 5 ou dos 10%. Referiu que havia outra questão que o Sr. Presidente não respondia, mas que já estava habituado e esta era mais uma delas. Questionou também se a verba de 1 milhão 850 mil euros nos privados, se já tem algum conhecimento, por ser uma verba muito elevada. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** recordou, depois da intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis que o Partido Socialista votou sempre contra todos os concursos que foram lançados sobre a cerâmica, e registou com agrado que tenham mudado de posição, é positivo e em democracia é perfeitamente normal, mas recordou que durante os cinco anos votaram sempre contra, registou com agrado a mudança de posição e que o projecto à medida que vai decorrendo ganhe cada vez mais consenso, disse também que percebeu alguma dessintonia na bancada socialista, porque o Sr. Deputado Eugénio Fróis disse que o projecto da Cerâmica é um projecto importante, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Carvalho disse que era um projecto exagerado, no entanto referiu que era normal dentro das próprias bancadas existirem opiniões diferentes. -----

----- Quanto à loja social informou que existe uma loja social no concelho, particularmente em Coja, gerida pelo Centro Social e Paroquial de Coja, mas que naturalmente todas as iniciativas que puderem realizar serão realizadas no sentido de minimizar os efeitos da crise, disse à Senhora Deputada Isabel Carvalho sobre a questão



Assembleia Municipal

do Teatro Alves Coelho, que até 2008, altura em que foi celebrado um protocolo entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia, este era propriedade da Santa Casa da Misericórdia. A responsabilidade da Câmara sobre o edifício só acontece a partir dessa data, portanto só a partir de 2008 é que têm a missão de desenvolver a sua requalificação, facto que acontecerá até 2013. Sobre a questão do saneamento, questão do Sarzedo, informou ser uma questão que está no topo das prioridades e será resolvida. -----

----- Por fim teceu um comentário à intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, dizendo que há uma coisa de que se regozija é que não estão a falar de obras que vêm aí, estão a falar de obras que estão em curso e que vão ser concretizadas muito em breve. -----

----- O **Sr. Deputado Eugénio Fróis** interveio para dizer que o PS tem votado contra um projecto global que foi apresentado. Disse também que reconhece com agrado a marcha atrás imposta pelo Partido Socialista pela divulgação da ideia de que este projecto, nomeadamente na vertente comercial, era um mau projecto, e este passo atrás é saudável e vem dar ao projecto outro apoio e outra alegria por parte da bancada socialista. Continuou dizendo que é importante que se diga, que votaram contra um todo que hoje não está em cima da mesa e foi o contributo do PS que levou a uma alteração do projecto e esse foi um passo importante no projecto da Cerâmica Arganilense. Relativamente à sintonia ou não, referiu que não viu na intervenção da colega de bancada a contradição à intervenção que fez. -----

----- A **Sr.ª Deputada Isabel Carvalho** interveio para dizer que seria a sua última intervenção e salientou que não disse que o investimento era exagerado, disse que havia uma grande discrepância entre as áreas o que é diferente. Quanto ao Teatro Alves Coelho, informou que teve o cuidado de se manifestar só a partir do ano 2009. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** interveio para dizer que não tinha referido ao Sr. Deputado Manuel Augusto que o espaço comercial já não estava contemplado e que provavelmente havia um desfasamento relativamente ao conhecimento sobre o actual estado do projecto. -----

----- Sobre a intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis começou por dizer que é uma intervenção pretensiosa, e que foi de facto o Partido Socialista que pensou, aliás, só falta dizer que o projecto da Cerâmica é do Partido Socialista. Foi o Partido Socialista que pensou, que o arquitectou, enfim, só falta dizer isso, porque dizer que estas alterações foram por via da intervenção do Partido Socialista, isso não é manifestamente verdade. E continuou dizendo que estas alterações têm a ver com uma avaliação que o executivo camarário fez sobre as condições em que estamos, nomeadamente a crise do sector imobiliário, a crise no sector económico, querendo de todas as formas proteger a economia do concelho e entendem que esta solução que propuseram era aquela que melhor se adequa ao futuro do concelho. Referiu que nestas coisas não deve haver, nem vencedores nem vencidos, como disse no Fórum Arganil+Cerâmica, o que queremos sobre aquela obra não é a satisfação de termos tomado esta decisão para a executar, essa fica connosco, aquela obra só responderá verdadeiramente aos objectivos a que nos propusemos se servir o concelho de Arganil como um todo e foi por isso que tomámos essa decisão. -----

----- De seguida procedeu-se à votação do Plano Plurianual de Investimentos e Actividades para o ano 2011, salientando-se que aquando da votação já não se encontravam na sala a Sr.ª Etelvina Santos, Presidente da Junta de Cepos; o Sr. Fernando Simões, Presidente da Junta de Sarzedo; a Sr.ª Cidalina Antunes, Presidente da



Assembleia Municipal

Junta de Vila Cova de Alva; Sr. João Oliveira, Presidente da Junta de Coja; Sr. Deputado Mário Vale e o Sr. deputado João Alvoeiro Duarte. Foi o mesmo aprovado por maioria dos presentes com quatro votos contra e uma abstenção. -----

**3 – Orçamento de Receita e Despesa para o ano de 2011.** Discussão e votação. -----

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria dos presentes com quatro votos contra e duas abstenções. -----

**4 –** Discussão e aprovação do **Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização**, de acordo com o disposto na al. a), do nº2 do artº53 da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** apresentou este ponto, referindo que face às alterações no regime jurídico de urbanização e edificação impunha-se uma reformulação do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, explicando que a proposta tinha sido submetida a discussão pública, havendo apenas uma participação em termos de discussão pública, sendo aprovada na Câmara por unanimidade. Propôs então este Regulamento de Edificação e Urbanização com esta redacção que se adequa àquilo que são as normas legais e procurando de alguma forma simplificar alguns procedimentos no quadro daquilo que era a margem que tinham neste documento. -----

----- O **Sr. Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** depois de ter analisado o documento encontrou muitos pontos positivos, mas relativamente às chamadas pequenas obras que não carecem de licenciamento, as obras de escassa relevância urbanística. Nas chamadas vedações provisórias ou amovíveis, como vedações de madeira tratada ou colocação de grandes obstáculos, nomeadamente vasos, muitos deles de grande porte colocados nos limites da via pública com os limites da propriedade privada não carece de alinhamento, mas aquilo que é hoje provisório amanhã torna-se definitivo.

As vedações em madeira tratada podem durar cinquenta anos ou podem nem nunca acabar, quando se estraga substitui-se e teremos eternamente um obstáculo criado na berma da via pública, os vasos e até as vedações deviam também estar contemplados neste tipo de alinhamento como se fossem uma divisão definitiva, porque a segurança da via pública diminui, uma viatura a embater num obstáculo desse porte é tão grave como embater numa casa ou num muro feito em betão. Isto do definitivo para o provisório, não há nada provisório, tudo o que se faz neste sentido acaba sempre por apanhar o estatuto definitivo. Deveria ser obrigatório o licenciamento e o alinhamento mesmo para esse tipo de limites a criar entre a via pública e a propriedade privada, com a necessidade de recuar aquilo que é necessário também num outro tipo de construções em betão. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** questionou o executivo por ter sido tratado este ponto há tanto tempo, vem na convocatória da Assembleia Municipal e teve de ser convocada uma reunião de Câmara extraordinária para aprovar isto. Uma Câmara com tanta crise, com tantas dificuldades não entendo o porquê de uma reunião extraordinária. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondendo à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de São Martinho, referiu que o executivo camarário é sensível a esta questão. E passou a explicar que existem várias



Assembleia Municipal

figuras, a licença, a comunicação prévia ou simplesmente a autorização. Todo o tipo de instalações sejam elas amovíveis ou definitivas estão sempre sujeitas a controlo da administração, o facto de para colocar uma vedação amovível, não sendo necessário licenciamento, não evita que a Câmara não possa fiscalizar e actuar. Relativamente ao Sr. Deputado Manuel Augusto, esta reunião extraordinária decorre do facto de a Câmara ter aprovado a ida para discussão pública do documento, e os trinta dias só decorreram durante a semana, tendo necessariamente de se marcar a reunião extraordinária para enviar esse processo à Assembleia Municipal, daí a razão pelo facto de se ter feito a reunião extraordinária para o efeito.

----- Terminada a discussão, realizou-se a votação já com a ausência do Sr. Paulo Amaral, Presidente da Junta de Freguesia de Anseriz, esta votação teve como resultado a sua aprovação por maioria com uma abstenção.

**5 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do artº 53º da Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações.** -----

----- O Sr. Deputado Manuel Augusto lamentou que os documentos relativamente às contas tenham sido entregues na Assembleia já decorria duas horas desde o seu início, quando efectivamente o fecho tenha sido a trinta de Novembro. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Luís Paulo Costa referindo que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, tinha a dizer que o Sr. Deputado tinha toda a razão e que o responsável pela situação era só ele, por isso apresentou as suas desculpas à Assembleia. -----

**6 - Alteração do protocolo de delegação de competências às Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e Sarzedo, em matéria de administração da cantina.** -----

----- A Sr.ª Deputada Isabel Carvalho informou que não tinha o protocolo da cantina, só o de abertura de valas. Referiu que não sabia se os outros Deputados tinham os dois. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia disse que se a Sr.ª Deputada Isabel Carvalho não tinha o documento, porque não se manifestou aquando da introdução do ponto na ordem de trabalhos. -----

----- A Sr.ª Deputada Isabel Carvalho disse que nem se lembrou que todos os outros Deputados o poderiam ter, pensando que haveria uma explicação deste ponto, no entanto que não havia problema por isso. --

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que provavelmente teria havido um lapso, passando de seguida a uma breve explicação, a Câmara tem delegado competência da administração dos refeitórios de Pombeiro da Beira e Sarzedo nas Juntas de Freguesia, e por isso é necessário existir um protocolo de delegação de competências no sentido de depois se poder transferir as verbas correspondentes a cada aluno. -----

----- Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

**7 – Alteração ao protocolo de delegação de competências às Juntas de Freguesia de Celavisa, São Martinho da Cortiça e Sarzedo, em matéria de abertura de valas para efeitos de reparação das redes públicas de abastecimento de águas e esgotos.** -----

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. -----



Assembleia Municipal

----- Não havendo mais nenhum ponto da agenda, o **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de dar os trabalhos por terminados, colocou em relevo uma campanha que o Sr. Mário Pereira Gonçalves tem estado a desenvolver, na recolha de alimentos para aqueles que são mais carenciados, a ele fundamentalmente, porque é aqui da Assembleia Municipal de Arganil, manifestando-lhe a sua satisfação e solidariedade, verificando como bem reage a sociedade civil aos problemas que todos têm de enfrentar. Referiu que queria dar um abraço, muito sincero, ao Sr. Mário e a todos os que o estão a ajudar, bem-haja e que a campanha seja bem sucedida porque é um motivo de satisfação, como Portugueses e como Arganilenses, ver-se uma obra desse género. -----  
Desejou também a todos os Srs. Deputados e famílias um Bom Natal e um Feliz Ano Novo, sendo que será um ano de dificuldades, mas que o possamos enfrentar com muita saúde. -----  
----- Não havendo mais assuntos a tratar, às catorze horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

# ANEXOS